

# OAB ainda luta pela Assemb. Constituinte exclusiva

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Reconhece o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Assis Baeta, a existência do vazio constituinte verificado hoje no País, a menos de um ano da instalação da Assembleia Nacional Constituinte. Aliás, ele começa repondo as coisas em seus devidos lugares: não haverá, propriamente, uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, mas um Congresso constituinte.

Bateu-se a OAB, o quanto pôde, pela tese de que a Assembleia Nacional Constituinte deveria reunir-se logo após a instalação da Nova República, separadamente dos trabalhos do Congresso. Só assim poder-se-ia despertar a sociedade para a importância do trabalho de redesenhar institucionalmente o País. Interesses políticos, no entanto, acabaram prevalecendo, e os responsáveis pelos destinos nacionais convocaram uma Constituinte a prazo futuro, que não será Constituinte. A proposta esvaziou-se a partir da aprovação da mensagem do presidente José Sarney, em fins de junho do ano passado, quando o Palácio do Planalto concordou com a tese parlamentar de reunir duas atividades num só corpo.

É um absurdo, para Hermann Assis Baeta, promover eleições para deputado federal, senador, deputado estadual e governador, num só pacote, dando-se depois aos parlamentares federais alguns poderes constituintes que nem estarão separados dos poderes legislativos normais. A Câmara, o Senado e o Congresso funcionarão, a partir do ano que vem, junto com a chamada Assembleia Nacional Constituinte. Mesmo que se encontre tempo para a execução das quatro atividades distintas, prevalecerá em cada um a condição de deputado e de senador mais do que a de constituinte.

Não foi convocada, assim, uma Constituinte, mas um Congresso que, emergencialmente, será também Constituinte. Interesses eleitorais prevaleceram, registrando-se, para ele, o que parece mais grave: para as eleições de novembro, não poderão ser desenvolvidas campanhas capazes de sensibilizar o eleitorado para a obra maior, de busca de um novo figurino institucional. Fuzarão a fila e prenderão as atenções as eleições de governador, personalísticas e envolvendo outro tipo de debate.

Os deputados e senadores serão, em maioria, eleitos em função dos candidatos a governador, de suas mensagens e de suas promessas. Ficará relegada a segundo plano a discussão sobre a nova ordem jurídica, econômica e social. O resultado é que os constituintes irão elaborar, no máximo, uma grande emenda constitucional. Não uma nova Constituição.

A Ordem dos Advogados do Brasil, conforme seu presidente nacional, alertou para essa questão quando realizou o II Congresso Constitucional Pró-Constituinte, e aproveitará a 11ª Conferência Nacional, em agosto, em Belém, para retomar o tema já debatido também por seus presidentes regionais, em São Luís, faz pouco tempo.

Não dá para enganar a opinião pública, ele salienta, justificando por isso a idéia afinal derrotada de se ter, antes, realizado um plebiscito em todo o País. O povo diria preferir uma Assembleia Nacional Constituinte de verdade ou um arremedo dela, através de um Congresso constitucional.

O esvaziamento atual decorre precisamente disso. Não se conseguia, até agora, motivar a opinião pública, estando a população afastada do debate constitucional. Com o acirramento das disputas estaduais, para governador, parece muito difícil inverter o pendulo. De qualquer forma, a Ordem dos Advogados do Brasil prosseguirá em seu esforço, devendo sair da reunião de Belém uma série de sugestões que, em pouco tempo, serão sistematizadas pela sua comissão permanente de estudos constitucionais, presidida pelo professor José Correia de Oliveira. Como subsídio, o material será encaminhado aos constituintes, em fevereiro do ano que vem, mas, não há como negar, grande oportunidade foi perdida pela Nova República. Quanto à comissão provisória de estudos constitucionais, nomeada pelo governo e presidida pelo professor Afonso Arinos, Hermann de Assis Baeta é cético. Julga-a elitista e até a acusa de estar descumprindo o compromisso acertado com o presidente José Sarney. A proposta era para que elaborasse subsídios para o posterior trabalho constituinte, mas o que está saindo das reuniões no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, é um anteprojeto. E redigido por figuras tradicionalmente empenhadas em redigir todo tipo de Constituições... C.G.